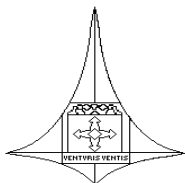




ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

NOVEMBRO/2017



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

CIRCULAÇÃO INTERNA

ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL

NOVEMBRO/2017

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	08
ARRECADAÇÃO DO ICMS	11
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	24
ARRECADAÇÃO DO ISS	25
SÉRIES HISTÓRICAS	33

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de novembro e ao período de janeiro a novembro de 2017.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 14/12/2017. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 15/12/2017.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de novembro e no período de janeiro a novembro de 2017, em relação a igual período de 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 20 de dezembro de 2017.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de novembro de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.246,6 milhões em valores correntes. No confronto com novembro de 2016, aponta-se um acréscimo nominal de +4,5%, que corresponde a um acréscimo real de +2,5%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de novembro discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 14/12/2017

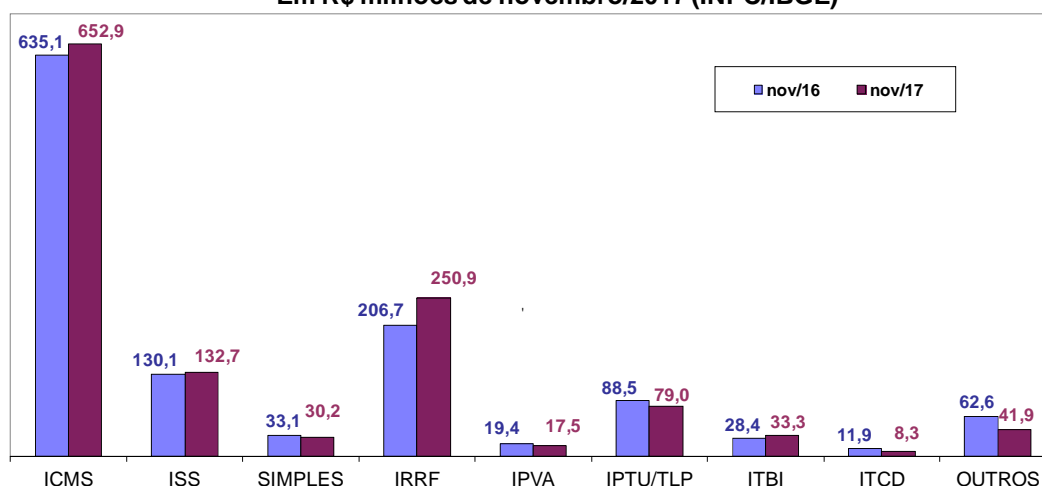
VALORES EM R\$ MIL

ITEM	nov/17	nov/16	novembro/2016 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em novembro/17
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	652.907	622.975	635.090	+29.932	+4,8%	+17.817	+2,8%	52,4%
ISS	132.688	127.651	130.134	+5.037	+3,9%	+2.555	+2,0%	10,6%
SIMPLES	30.210	32.489	33.120	-2.279	-7,0%	-2.911	-8,8%	2,4%
IRRF	250.862	202.718	206.660	+48.144	+23,7%	+44.202	+21,4%	20,1%
IPVA	17.453	19.038	19.408	-1.586	-8,3%	-1.956	-10,1%	1,4%
IPTU/TLP	78.988	86.854	88.543	-7.866	-9,1%	-9.555	-10,8%	6,3%
ITBI	33.312	27.898	28.440	+5.415	+19,4%	+4.872	+17,1%	2,7%
ITCD	8.304	11.705	11.933	-3.401	-29,1%	-3.629	-30,4%	0,7%
Outras Taxas	5.294	6.777	6.909	-1.484	-21,9%	-1.615	-23,4%	0,4%
Receita Tributária Total (A)	1.210.018	1.138.105	1.160.238	+71.913	+6,3%	+49.780	+4,3%	97,1%
Dívida Ativa	20.747	40.293	41.077	-19.546	-48,5%	-20.330	-49,5%	1,7%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	5.814	4.768	4.861	+1.046	+21,9%	+953	+19,6%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	10.032	9.570	9.756	+462	+4,8%	+276	+2,8%	0,8%
Total das Outras Receitas (B)	36.593	54.632	55.694	-18.038	-33,0%	-19.101	-34,3%	2,9%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.246.611	1.192.736	1.215.932	+53.875	+4,5%	+30.679	+2,5%	100,0%

Em relação ao desempenho real da arrecadação tributária em novembro de 2017 frente a novembro de 2016, destacam-se os acréscimos reais do IRRF de R\$ 44,2 milhões (+21,4%), do ICMS de R\$ 17,8 milhões (+2,8%) e do ITBI de R\$ 4,9 milhões (+17,1%).

Em sentido contrário, foram observados decréscimos reais de arrecadação tributária na Dívida Ativa de R\$ 20,3 milhões (-49,5%), devido à base de comparação ampliada em 2016, decorrente do programa de recuperação de créditos – REFIS, do IPTU/TLP de R\$ 9,6 milhões (-10,8%) e do ITCD de R\$ 3,6 milhões (-30,4%).

Arrecadação em novembro/2017 contra novembro/2016 - Sem incentivado
Em R\$ milhões de novembro/2017 (INPC/IBGE)



No resultado acumulado no período de janeiro a novembro de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 13.957,1 milhões em valores correntes, que corresponde a um aumento nominal de 3,6% e real de 0,6%, em relação ao mesmo período de 2016.

A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2017
Dados SIGGO em 14/12/2017

VALORES EM R\$ MIL

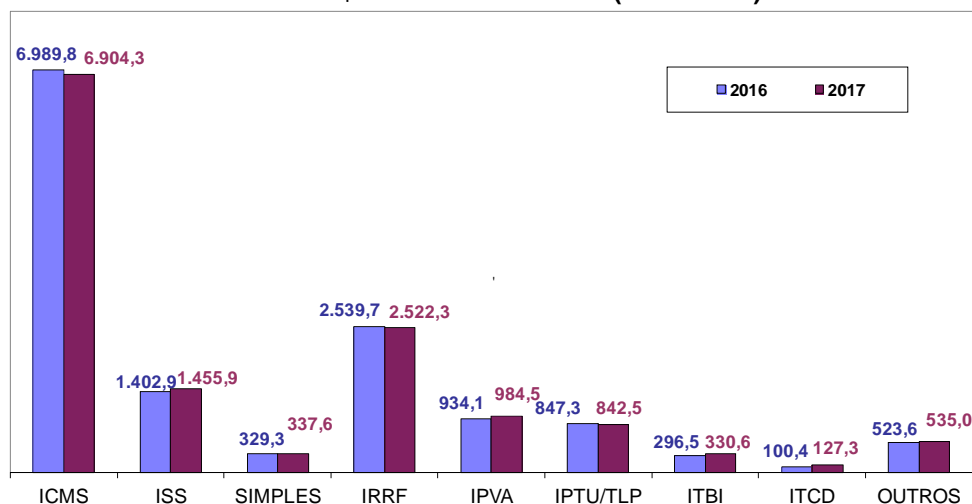
ITEM	2017 (a)	2016 (b)	2017 pelo INPC/IBGE (c)	2016 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	6.865.870	6.741.115	6.908.448	6.989.778	+124.755	+1,9%	-81.330	-1,2%	49,2%
ISS	1.446.768	1.352.885	1.455.872	1.402.866	+93.883	+6,9%	+53.006	+3,8%	10,4%
SIMPLES	335.469	317.439	337.558	329.262	+18.029	+5,7%	+8.296	+2,5%	2,4%
IRRF	2.507.476	2.451.136	2.522.313	2.539.710	+56.340	+2,3%	-17.397	-0,7%	18,0%
IPVA	976.430	893.931	984.492	934.133	+82.499	+9,2%	+50.359	+5,4%	7,0%
IPTU/TLP	838.156	824.182	842.498	847.273	+13.974	+1,7%	-4.775	-0,6%	6,0%
ITBI	328.632	286.432	330.552	296.503	+42.201	+14,7%	+34.049	+11,5%	2,4%
ITCD	126.646	96.681	127.330	100.367	+29.964	+31,0%	+26.963	+26,9%	0,9%
Outras Taxas	70.081	74.718	70.509	77.410	-4.637	-6,2%	-6.901	-8,9%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	13.495.528	13.038.519	13.579.572	13.517.301	+457.008	+3,5%	+62.270	+0,5%	96,7%
Dívida Ativa	265.735	270.691	267.418	280.053	-4.956	-1,8%	-12.635	-4,5%	1,9%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	85.756	67.099	86.282	69.607	+18.657	+27,8%	+16.675	+24,0%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	110.118	93.360	110.755	96.528	+16.757	+17,9%	+14.227	+14,7%	0,8%
Total das Outras Receitas (B)	461.609	431.151	464.456	446.189	+30.458	+7,1%	+18.267	+4,1%	3,3%
Total da Arrecadação (A) + (B)	13.957.136	13.469.670	14.044.027	13.963.490	+487.466	+3,6%	+80.537	+0,6%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Na comparação acumulada no período de janeiro a novembro de 2017 com o correspondente período de 2016, foram observados acréscimos reais de R\$ 53,0 milhões do ISS (+3,8%), R\$ 50,3 milhões do IPVA (+5,4%), e R\$ 34,0 milhões do ITBI (+11,5%). Por outro lado, foram registradas quedas reais

de R\$ 81,3 milhões do ICMS (-1,2%), R\$ 17,4 milhões do IRRF (-0,7%) e de R\$ 12,6 milhões de Dívida Ativa (-4,5%).

Arrecadação em 2017 contra 2016 - Sem incentivado
Em R\$ milhões de nov/2017 (INPC/IBGE)



O Índice FipeZap – que acompanha o preço de venda de imóveis residenciais em 20 cidades brasileiras – registrou pequena alta de +0,03% entre outubro e novembro de 2017.

Em novembro das 20 cidades pesquisadas, 8 apresentaram recuo no preço de venda com destaque para Rio de Janeiro (-0,37%), Contagem (-0,32%) e Santos (-0,27%). Por outro lado, entre as cidades que registram alta no preço médio de venda, as maiores variações foram observadas em Belo Horizonte (+0,54%), Florianópolis (+0,48%) e Vitória (+0,42%). No caso do Distrito Federal, o índice apresentou uma pequena variação mensal positiva (+0,01%), porém, no acumulado do ano, apresentou recuo de preço (-2,51%).

Considerando os últimos 12 meses, o índice FipeZap registra queda no preço médio (-0,41%) dos imóveis residenciais, reflexo do recuo no preço de venda de 14 das 20 cidades pesquisadas, com destaque para Rio de Janeiro (-4,28%), Fortaleza (-3,38%) e Niterói (-3,21%). Entre as 6 cidades que apresentaram alta no preço médio de venda, Belo Horizonte (+5,62%) e Florianópolis (+4,14%) continuam superando a inflação acumulada no período (+2,91%). Com o resultado, o preço médio de venda de imóveis residenciais

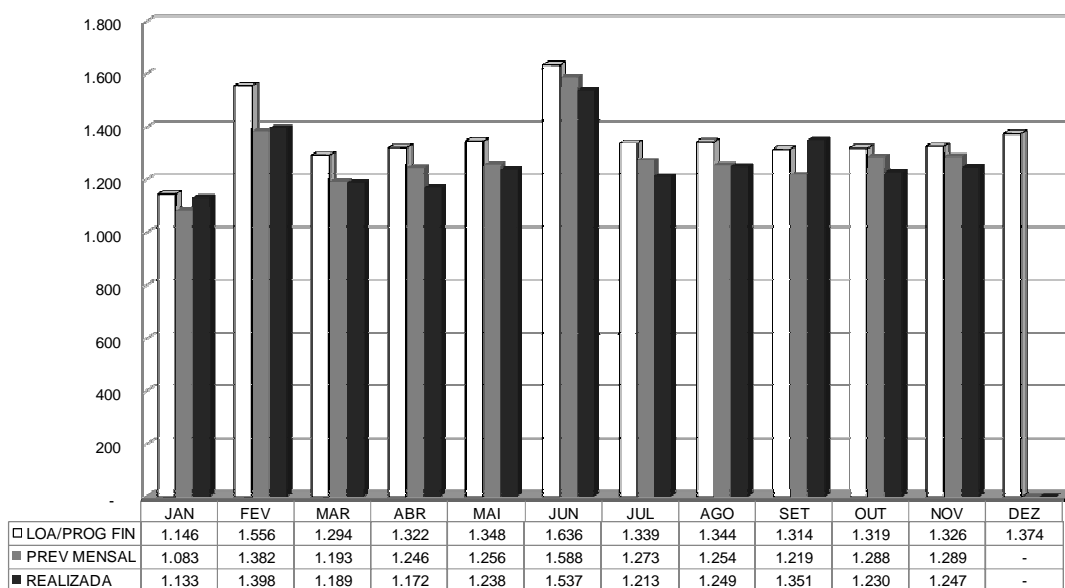
nas 20 cidades analisadas acumula queda real de -3,22% nos últimos 12 meses. No Distrito Federal, o índice acumulado dos últimos 12 meses registra queda (-2,63%).

Em novembro de 2017, o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.632/m². Rio de Janeiro se manteve como a cidade com o m² mais caro do país (R\$ 9.835), seguida por São Paulo (R\$ 8.736) e Distrito Federal (R\$ 8.256). Já as cidades com menor valor médio por m² foram Contagem (R\$ 3.527), Goiânia (R\$ 4.118) e Vila Velha (R\$ 4.630).

Em que pese o resultado acumulado negativo no ano do índice no Distrito Federal, a arrecadação do ITBI continua a ter um resultado positivo, apresentando aumento real de 11,5% (+R\$ 34,0 milhões) no acumulado do período de janeiro a novembro de 2017 frente ao mesmo período em 2016.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na LOA/programação financeira, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.

**RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA - 2017
EM R\$ MILHÕES**



A receita realizada em novembro de 2017 ficou abaixo da considerada na previsão mensal em R\$ 42,5 milhões, que correspondeu a um desvio negativo de -3,3% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de novembro, a receita realizada ficou abaixo da prevista em R\$ 79,5 milhões. Os desvios negativos foram discriminados pelos principais itens que compõem a receita tributária, sendo que os mais relevantes foram o IRRF (-R\$ 59,2 milhões), o ICMS (-R\$ 22,3 milhões) e o Simples (-R\$ 6,3 milhões), conforme quadro abaixo.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - NOVEMBRO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	633.883	675.218	652.907	19.024	(22.311)
ISS	126.736	132.593	132.688	5.953	95
SIMPLES	34.264	36.554	30.210	(4.055)	(6.345)
IRRF	310.045	310.045	250.862	(59.182)	(59.182)
IPVA	5.994	4.314	17.453	11.458	13.139
IPTU/TLP	87.211	83.894	78.988	(8.224)	(4.906)
ITBI	29.446	32.124	33.312	3.866	1.188
ITCD	8.546	9.841	8.304	(242)	(1.537)
OUTRAS TAXAS	6.065	6.712	5.294	(771)	(1.419)
RECEITA TRIB TOTAL	1.242.189	1.291.296	1.210.018	(32.172)	(81.278)
DÍVIDA ATIVA	28.158	24.748	20.747	(7.412)	(4.001)
M/J DÍVIDA ATIVA	7.125	4.715	5.814	(1.310)	1.099
M/J TRIBUTOS	11.603	5.370	10.032	(1.571)	4.662
TOTAL OUTRAS REC	46.886	34.833	36.593	(10.292)	1.761
TOTAL DA ARRECAÇÃO	1.289.075	1.326.129	1.246.611	(42.464)	(79.518)

No acumulado do período de janeiro a novembro de 2017, ocorreu desvio negativo de realização frente à previsão mensal na ordem de R\$ 113,1 milhões. Os principais desvios negativos ocorreram com o IRRF (-R\$ 381,8 milhões), o IPTU/TLP (-R\$ 79,9 milhões) e o Simples (-R\$ 30,7 milhões). Quanto aos desvios positivos, destacaram-se o ICMS (+R\$ 149,1 milhões), o IPVA (+ R\$ 128,3 milhões) e o ITCD (+R\$ 40,2 milhões).

Quanto à comparação da receita prevista acumulada no período de janeiro a novembro de 2017 para LOA/Programação Financeira em relação à receita realizada, houve déficit no montante de R\$ 986,6 milhões. Ressalte-se que as maiores frustrações de realização ocorreram no ICMS (-R\$ 604,9 milhões), IRRF (-R\$ 381,8 milhões) e no IPTU/TLP (-R\$ 87,4 milhões). No caso do ICMS, a projeção do PIB para 2017 mais otimista quando da época da elaboração da LOA (1,12% contra 0,72% utilizado na previsão mensal de novembro de 2017 - pesquisa Focus/BACEN) e o não ingresso até o momento de parte da receita prevista com o Fundo de Equilíbrio Fiscal do DF – FEF/DF contribuem para o desvio observado.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A NOVEMBRO 2017					
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	6.716.712	7.470.758	6.865.870	149.158	(604.888)
ISS	1.416.574	1.448.835	1.446.768	30.195	(2.067)
SIMPLES	366.127	375.211	335.469	(30.658)	(39.742)
IRRF	2.889.226	2.889.226	2.507.476	(381.750)	(381.750)
IPVA	848.118	920.958	976.430	128.312	55.472
IPTU/TLP	918.083	925.560	838.156	(79.927)	(87.404)
ITBI	334.056	342.175	328.632	(5.424)	(13.543)
ITCD	86.411	98.206	126.646	40.235	28.439
OUTRAS TAXAS	74.756	79.667	70.081	(4.674)	(9.586)
RECEITA TRIB TOTAL	13.650.062	14.550.597	13.495.528	(154.535)	(1.055.069)
DÍVIDA ATIVA	270.786	269.035	265.735	-	(3.301)
M/J DÍVIDA ATIVA	62.556	68.062	85.756	23.199	17.694
M/J TRIBUTOS	86.813	56.090	110.118	23.305	54.028
TOTAL OUTRAS REC	420.155	393.187	461.609	41.454	68.421
TOTAL DA ARRECAÇÃO	14.070.217	14.943.784	13.957.136	(113.081)	(986.648)

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro abaixo resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

Indicador	Unidade	Fonte	nov/16	nov/17	out/17	acum. ano	últ. 12 meses	projeção 2017 (2)
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,18%	0,28%	0,42%	2,50%	2,80%	2,88%
IPCA - Brasília	variação %	IBGE/BACEN	0,28%	0,48%	0,46%	3,15%	4,31%	nd
SELIC (a.a)	variação % a.a.	BACEN	14,00%	7,00%	7,50%	----	----	7,00%
PIB BRASIL (1)	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/BACEN						0,73%
IBC-Br (3)	var % mês/mês ant	BACEN	-0,48%	0,29%	0,27%	0,85%	0,26%	nd
Taxa de desemprego no DF (3)	%	CODEPLAN	17,6%	18,8%	18,7%	----	----	----
Índice FipeZap Ampliado (preço venda imóvel resid.)	variação %	Fipe	0,07%	0,03%	0,00%	-0,54%	-0,41%	----
Índice FipeZap DF (preço venda imóvel residencial)	variação %	Fipe	-0,18%	0,01%	-0,38%	-2,51%	-2,63%	----
Preço médio imóvel residencial anunciado DF	R\$/m ²	Fipe	8.507	8.259	8.255	----	----	----
Venda de combustíveis DF (3)	var % mês/mês ant	ANP	0,21%	-0,69%	-6,69%	-0,44%	-0,38%	----
Produção Industrial Mensal - Brasil (3)	var % mês/mês ant	IBGE	-1,1%	0,2%	0,2%	1,9%	1,5%	2,0%
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - BR	var % mês/mês ano ant.	IBGE	0,7%	-1,4%	0,7%	3,2%	1,4%	----
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - DF	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-2,2%		-5,3%	-6,5%	-5,7%	nd
Consumo de energia elétrica - DF	var % mês/mês ant	EPE	-1,23%		-2,34%	-4,79%	-4,97%	nd
Veículos licenciados no Brasil	var % mês/mês ant	Fenabreve	12,15%		1,83%	26,18%	19,93%	9,90%
Veículos vendidos no DF	var % mês/mês ant	Sincodiv	-10,73%		3,00%	3,88%	0,59%	nd

Notas: (1) Projeção para 2017 divulgada no Boletim Focus de 08/12/2017;

(2) Projeção para 2017 divulgada no Boletim Focus de 08/12/2017. Fator acumulado para o realizado em 2017 e nos últimos 12 meses.

(3) As taxas e números referem-se aos meses anteriores aos indicados nas respectivas colunas;

(4) Os índices Fipe-Zap e o preço médio do imóvel referem-se aos meses seguintes aos indicados nas respectivas colunas.

PIB

Em 1º de dezembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,1% no terceiro trimestre deste ano, na terceira alta seguida na comparação com os três meses anteriores. Embora alguns economistas previssem uma variação maior do PIB, deve-se ressaltar que a variação de 0,1% no período foi compensada por uma revisão no resultado do PIB acima das expectativas realizada pelo IBGE: em vez do crescimento de 0,2% no período de abril a junho, o avanço foi de 0,7%. Já no primeiro trimestre, o crescimento foi de 1,3%, ao contrário do 1% anteriormente divulgado.

No Boletim Focus de 15 de dezembro, divulgado no dia 18, os analistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central (BC) elevaram a projeção para o crescimento do PIB deste ano de 0,73% para 0,96%, elevando-a também de 2,50% para 2,64% em 2018 (em relação àquelas divulgadas 4 semanas antes, respectivamente).

IBC-Br

Segundo informações divulgadas em 18 de dezembro pelo Banco Central, a economia brasileira abriu o quarto trimestre de 2017 com crescimento. Em outubro, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) mostrou alta de 0,29%, vindo de variação positiva de 0,27% um mês antes (dado revisado de 0,4%), resultado influenciado pela alta de 0,2% da produção industrial, queda de 0,9% do varejo e recuo de 0,8% do volume de serviços.

O índice publicado veio bem melhor do que os prognósticos feitos pelas 15 instituições financeiras ouvidas pelo jornal Valor Econômico, que variavam de queda de 0,4% a alta de 0,2%.

IPCA

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou para 0,28% em novembro, ante 0,42% em outubro, informou o IBGE em 8 de dezembro, abaixo da média de 0,35% estimada por 27 consultorias e instituições financeiras consultadas pelo jornal Valor Econômico. O intervalo das projeções ia de alta de 0,31% a 0,47%. Como no mesmo mês de 2016 a alta havia sido de 0,18%, a inflação oficial acelerou pelo indicador acumulado em 12 meses de 2,70% em outubro para 2,80% em novembro. Nos 11 meses completos do ano, o IPCA acumula alta de 2,50%, a menor inflação para o período desde 1998 (1,32%). Assim, faltando apenas um mês para o ano terminar, a inflação segue abaixo do piso da meta, de 3%.

Em Brasília, que tem peso regional de 2,80% na pesquisa do IBGE, o índice teve variação mensal de 0,46% (contra 0,48% em outubro), acumulando altas de 3,15% no ano e de 4,31% nos últimos 12 meses (as maiores entre as cidades pesquisadas), sendo destacado que o item “alimentação fora de casa” apresentou alta de 2,06%, bem maior do que a média (alta de 0,21%). No grupo de Transportes, enquanto a gasolina e o etanol ficaram mais caros, em média, 2,92% e 4,14%,

respectivamente, os preços de tais combustíveis tiveram elevação de 5,63% e 4,32% em Brasília (a segunda e a terceira maior elevação entre as 13 cidades pesquisadas).

No Boletim Focus de 15 de dezembro, a previsão dos analistas consultados pelo BC para a variação do IPCA em 2017 baixou de 3,09% há 4 semanas para 2,83% e de 4,04% para 4,00% em 2018.

SELIC

Em 6 de dezembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu, pela décima vez seguida, a taxa Selic em 0,75 ponto percentual, de 7,5% ao ano para 7,0% ao ano, por unanimidade, levando a taxa ao menor patamar desde o início da série histórica do Banco Central, em 1986, ou seja, em pouco mais de 30 anos. A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia.

O atual ciclo de distensão monetária começou em outubro de 2016, quando a Selic estava em 14,25% ao ano, e ganhou corpo depois que a inflação caiu do patamar de 9% ao ano para pouco menos de 3% ao ano.

Com essa redução, a taxa real do Brasil (calculada com abatimento do IPCA projetado em 12 meses) soma 2,88% ao ano, atrás da Turquia, da Rússia e da Argentina - com juros reais de 5,87% ao ano, de 4,18% ao ano e de 3% ao ano, respectivamente. Nas 40 economias pesquisadas, a taxa média está negativa em 0,1% ao ano.

A mínima histórica do juro real foi registrada em dezembro de 2012, a 1,39%, e a máxima em fevereiro de 2003, a 17,68%, em uma série iniciada em dezembro de 2002. Quando o atual ciclo de corte começou, o juro real estava ao redor de 6,90%, reflexo de uma taxa de mercado de 12,3% e de uma inflação projetada de 5%. Nessa época a Selic era de 14,25%.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO

Conforme dados da Pnad Contínua, a taxa de desocupação no trimestre móvel de agosto a outubro de 2017 (12,2%) recuou 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre de maio a julho de 2017 (12,8%). Na comparação com o mesmo trimestre de 2016 (11,8%), houve aumento de 0,4 ponto percentual. A população desocupada (12,7 milhões) teve queda de 4,4% no confronto com o trimestre anterior

(menos 586 mil pessoas) mas, em relação a igual período de 2016, houve aumento de 5,8% (mais 698 mil pessoas).

A Pnad Contínua é a nova pesquisa oficial sobre trabalho e rendimento do IBGE que, a cada trimestre, visita 211.344 domicílios em cerca de 3.500 municípios. A pesquisa estima o percentual de indivíduos que tinham um patrão (com ou sem carteira de trabalho assinada), os que exploravam seu próprio negócio e os que trabalhavam sem remuneração em ajuda a membros da família, e não classifica como ocupada a população que se encontrava em longos períodos de afastamento do exercício do seu trabalho remunerado naquela semana.

No Distrito Federal, a Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF), divulgada em 29 de novembro pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), mostra que a taxa de desemprego total apresentou relativa estabilidade, ao passar de 18,7% em setembro para os atuais 18,8%, sendo estimado em 308 mil pessoas o número total de desempregados - aumento de 3 mil em relação ao mês anterior.

Entre outubro de 2016 e outubro de 2017, a taxa de desemprego total aumentou, ao passar de 17,5% para 18,8%, resultado do crescimento insuficiente do nível de ocupação (geração de 31 mil postos de trabalho) para absorver o aumento da População Economicamente Ativa – PEA (ingresso de 64 mil pessoas na força de trabalho).

No mês de outubro, o contingente de ocupados foi estimado em 1.330 mil pessoas, 1 mil a mais em relação ao mês anterior. Segundo os setores de atividade econômica analisados, houve redução do nível ocupacional na Indústria de Transformação (eliminação de 3 mil postos de trabalho), no Comércio (-2 mil) e na Administração Pública (-3 mil) e acréscimo na Construção Civil e nos Serviços (com geração de 3 mil e 8 mil postos de trabalho, respectivamente).

ARRECAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de novembro de 2017 ingressos de R\$ 652,9 milhões em valores correntes. No comparativo com o mesmo mês do ano precedente apurou-se acréscimo nominal de 4,8% e expansão real de 2,8%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado do período de janeiro a novembro de 2017, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 6.865,9 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 1,9%, mas decréscimo real de 1,2% em relação a igual período de 2016.

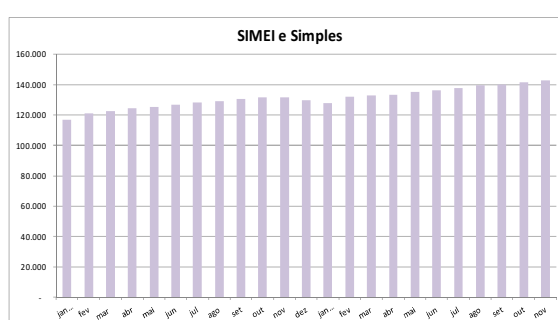
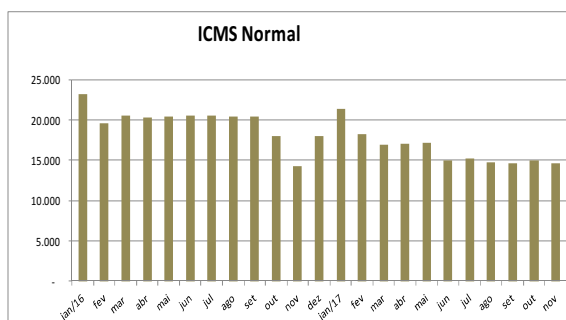
Em novembro de 2017, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 162.335 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Observa-se evolução no número de inscrições no ICMS desde junho de 2017. Do total de inscritos, 88,0% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 47.835 e 94.987 contribuintes, respectivamente.

Em relação à localidade, neste mês, houve aumento de contribuintes do ICMS em todas as Agências de Atendimento, com destaque para Agências de Taguatinga, Ceilândia e Brasília que registraram elevações de 224, 172 e 111 contribuintes respectivamente.

NOVEMBRO DE 2017 NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	11	5	3		1		1	29
2) Regime Normal de Apuração	531	3.377	1.216	1.888	1.173	429	2.148	584	3.153	143	14.642
3) PRO-DF Logístico											-
4) Regime Especial de Refeições	4	202	7	114	1	2	53	2	47	1	433
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		2		13			1		5		21
6) Revendedor Porta-a-Porta				25							25
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.499	16.543	13.982		13.953	5.708	8.547	5.936	22.764	2.055	94.987
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.214	11.776	4.856	25	4.863	2.028	6.132	2.408	12.853	680	47.835
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				989							989
10) Telecomunicações-Centralizada				67							67
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF (E-Commerce)	7	14	9	3.252	5		2		5		3.294
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2			2		1		5
TOTAL	8.256	31.917	20.075	6.393	20.000	8.170	16.885	8.931	38.828	2.880	162.335
PARTICIPAÇÃO	5,09%	19,66%	12,37%	3,94%	12,32%	5,03%	10,40%	5,50%	23,92%	1,77%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	0,90%	0,35%	0,86%	0,17%	0,52%	0,71%	0,01%	0,67%	0,58%	0,73%	0,52%

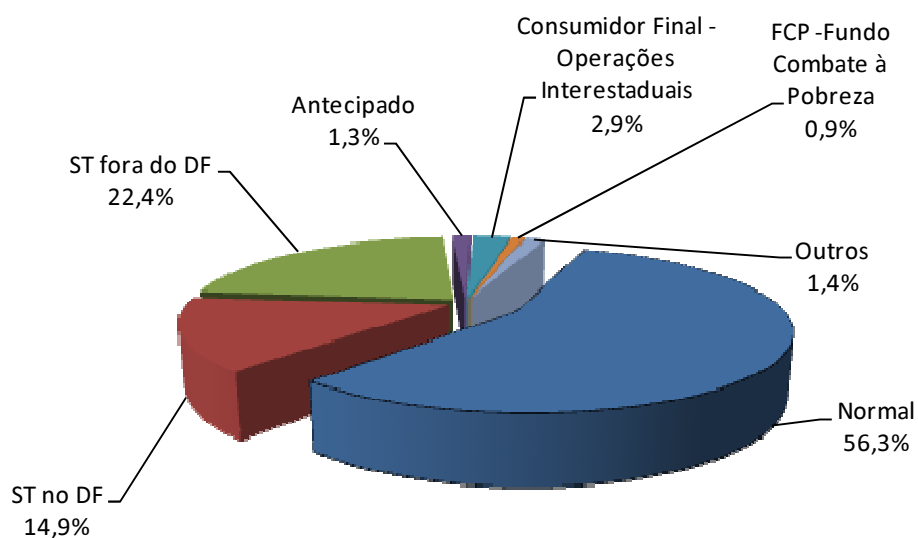
Fonte: CCALT/SUREC, em 30/11/2017.

Ademais, de acordo com as figuras abaixo, observa-se que ao longo do exercício de 2017, em geral, o número de contribuintes do Regime Normal de Apuração apresentou trajetória decrescente, em favor dos optantes pelos regimes SIMEI e Simples Nacional.



Quanto à composição do ICMS por situação de recolhimento em novembro de 2017, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 56,3%, seguido do total da Substituição Tributária fora e no DF, com 37,3%, esse conjunto representando 93,5% da receita total do imposto.

ICMS por Situação de Recolhimento novembro de 2017



Delineando o acréscimo real de R\$ 17,8 milhões na receita total do ICMS em novembro de 2017 na comparação com novembro de 2016 pelos principais itens de receita do tributo, observa-se decréscimo real no ICMS Normal (-R\$ 5,2 milhões), seguido do grupo Outros, que inclui Importação (-R\$ 6,9 milhões) e Auto de Infração (-R\$ 3,6 milhões). Foram registrados acréscimos na Substituição Tributária Interna e Externa (+R\$ 26,1 milhões), seguido de Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R\$ 7,3 milhões).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹						
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real mensal (em %)	Composição da arrecadação (nov/17)
	nov/17	jan -nov/17	nov/16	jan -nov/16		
Normal	367.290	3.993.951	372.447	4.310.297	-1,4%	56,3%
ST no DF	97.040	957.901	80.160	857.103	21,1%	14,9%
ST fora do DF	146.359	1.510.682	137.176	1.377.838	6,7%	22,4%
Antecipado	8.441	77.335	8.475	132.366	-0,4%	1,3%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	18.723	203.757	11.443	133.930	63,6%	2,9%
FCP ²	5.669	57.325	6.429	58.463	-11,8%	0,9%
Outros ³	9.386	107.498	18.960	119.781	-50,5%	1,4%
Total da Arrecadação	652.907	6.908.448	635.090	6.989.778	2,8%	100,0%

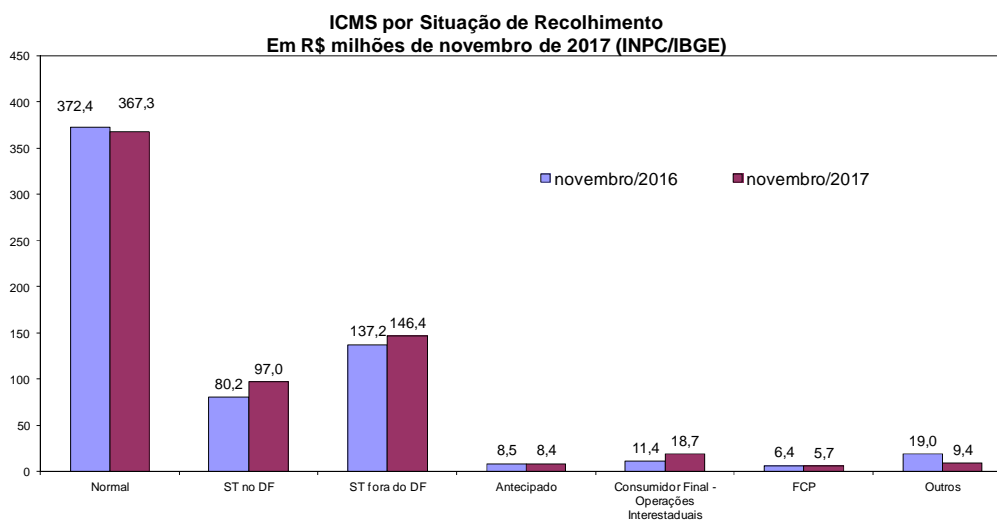
Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

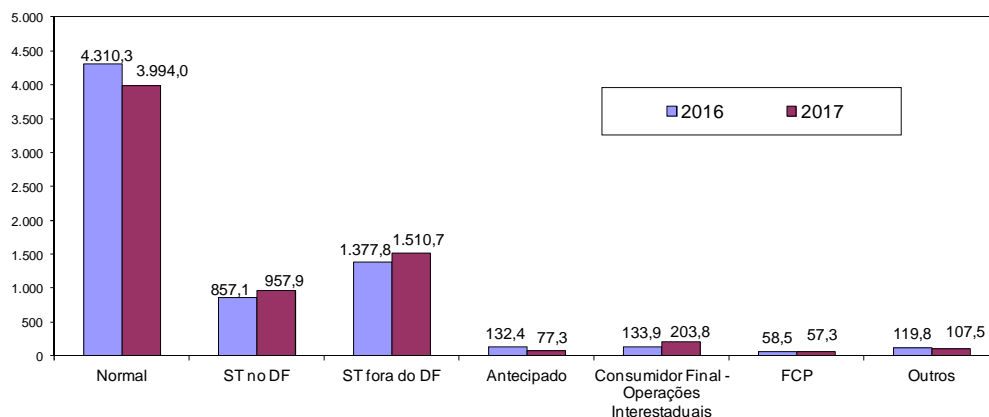
A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de novembro de 2017 com igual mês de 2016.



Quanto à análise acumulada no ano de 2017, o decréscimo real do ICMS totalizou R\$ 81,3 milhões, na comparação com correspondente período de 2016. Constataram-se perdas reais no ICMS Normal (-R\$ 316,3 milhões) e no Antecipado (-R\$ 55,0 milhões), enquanto contabilizaram expansões nas modalidades Substituição Tributárias Fora do DF (+R\$ 132,9 milhões), Substituição Tributária Interna do DF (+R\$ 100,8 milhões) e Consumidor Final - Operações Interestaduais (+R\$ 69,8 milhões).

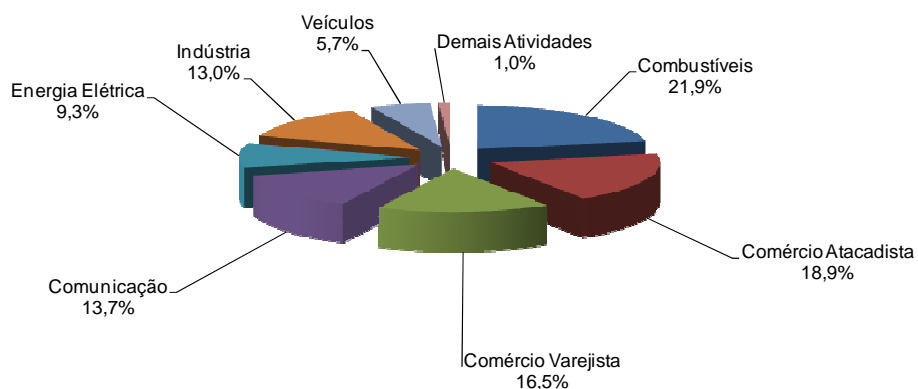
A figura seguinte ilustra a comparação acumulada no período de janeiro a novembro de 2017 frente a igual período de 2016.

ICMS acumulado por Situação de Recolhimento
Em R\$ milhões de janeiro a novembro de 2017 (INPC/IBGE)

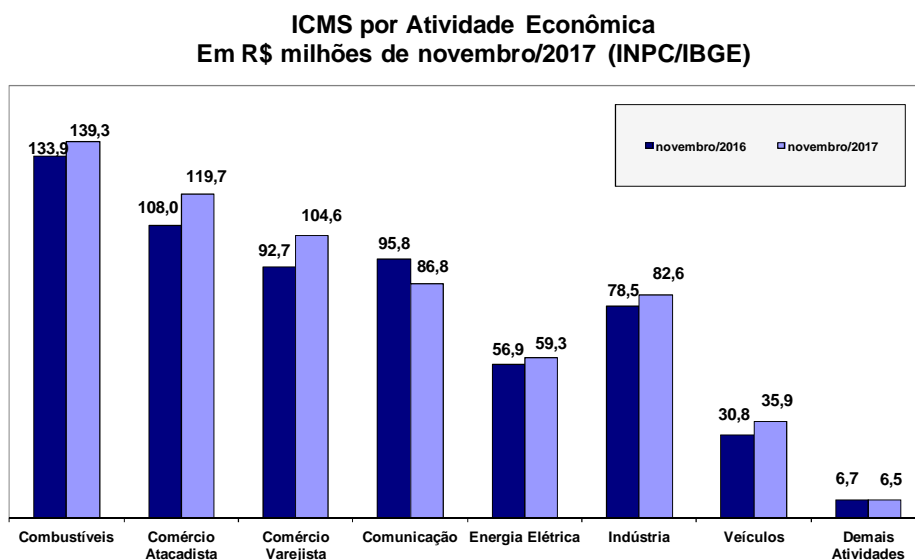


No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em novembro de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis com participação de 21,9%, seguido pelo Comércio Atacadista, Varejista e Comunicação, com 18,9%, 16,5% e 13,7%, respectivamente.

ICMS por Atividade Econômica
novembro de 2017

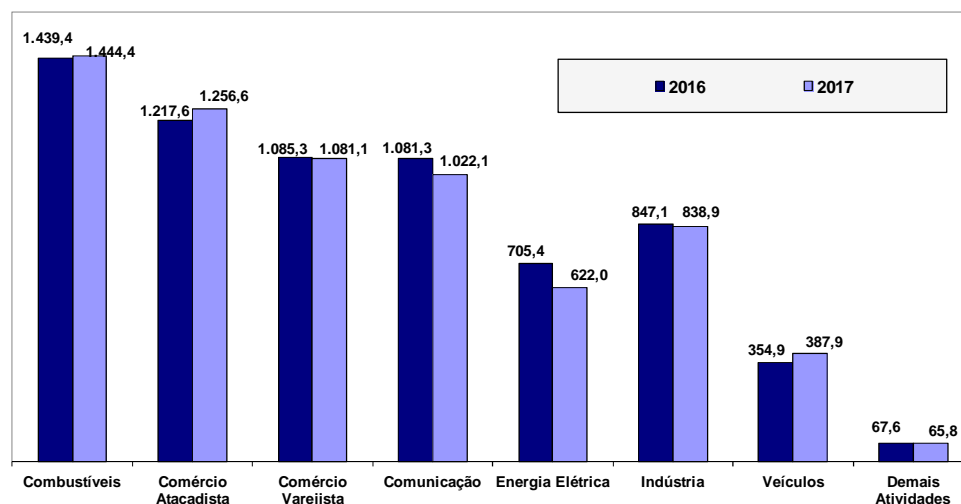


Na avaliação do desempenho real da receita de novembro de 2017 frente a correspondente mês de 2016, depreendem-se aumentos no Comércio Varejista (+R\$ 11,9 milhões), Comércio Atacadista (+R\$ 11,7 milhões), Combustíveis (+R\$ 5,4 milhões) e Veículos (+R\$ 5,1 milhões). Porém, houve decréscimo para o setor de Comunicação (-R\$ 9,0 milhões).



Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a novembro de 2017 em relação a igual período de 2016, houve acréscimos de arrecadação nos segmentos Comércio Atacadista (+R\$ 39,0 milhões) e Veículos (+R\$ 33,1 milhões). Por outro lado, destacaram-se as perdas reais em Energia Elétrica (-R\$ 83,4 milhões), Comunicação (-R\$ 59,2 milhões) e Indústria (-R\$ 8,2 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.

**ICMS por Atividade Econômica
2017 contra 2016 (acumulado de jan a nov)
Em R\$ milhões de novembro/2017 (INPC/IBGE)**



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando as arrecadações em valores reais para os meses de novembro de 2017 e de 2016, bem como os resultados acumulados dos períodos de janeiro a novembro de 2017 e de 2016; variações reais, mensal e acumulada; e a composição da arrecadação em novembro de 2017.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS							
ITEM	Valores Reais ¹ (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (novembro/2017)
	nov/17		nov/16		nov/17	nov/16	
	nov/17	jan-nov/17	nov/16	jan-nov/16	nov/16	jan-nov/16	
Combustíveis	139.325	1.444.439	133.916	1.439.365	4,0%	0,4%	21,9%
Comércio Atacadista	119.726	1.256.602	108.018	1.217.606	10,8%	3,2%	18,9%
Comércio Varejista	104.606	1.081.111	92.699	1.085.267	12,8%	-0,4%	16,5%
Comunicação	86.805	1.022.145	95.820	1.081.301	-9,4%	-5,5%	13,7%
Energia Elétrica	59.276	621.977	56.886	705.422	4,2%	-11,8%	9,3%
Indústria	82.611	838.874	78.522	847.068	5,2%	-1,0%	13,0%
Veículos	35.884	387.907	30.790	354.857	16,5%	9,3%	5,7%
Demais Atividades	6.529	65.837	6.739	67.581	-3,1%	-2,6%	1,0%
TOTAL	634.762	6.718.891	603.390	6.798.467	5,2%	-1,2%	100,0%

Fonte: SITAF.

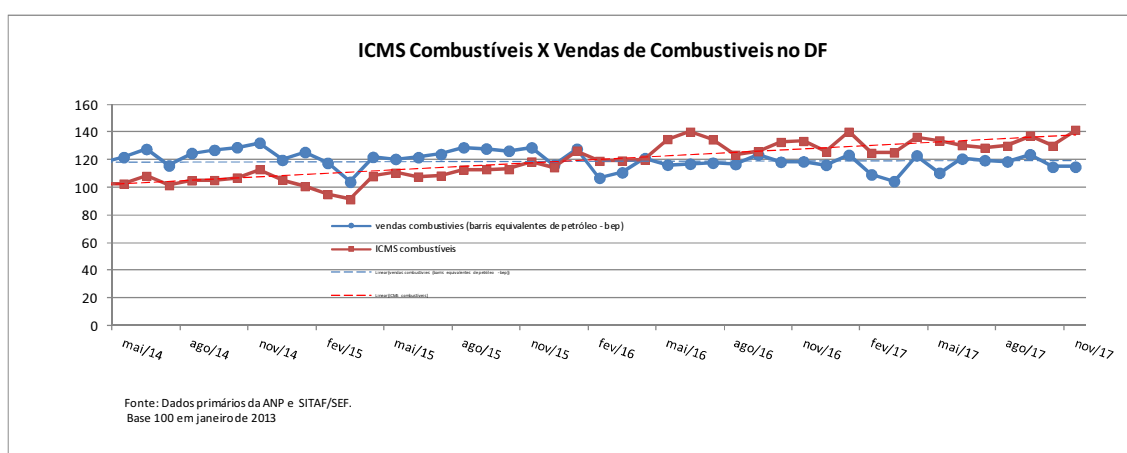
Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. Para o mês de novembro em relação ao mês precedente, observam-se acréscimos tanto na venda de combustíveis quanto para a arrecadação do ICMS. Ambas as curvas apresentam tendência de crescimento, sendo que a do ICMS mais pronunciada.



Quanto à arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal, conforme tabela supramencionada da arrecadação do ICMS por atividades selecionadas, o resultado foi de acréscimo real de 4,0% para o mês de novembro de 2017 em relação a novembro de 2016 e no desempenho acumulado de 2017 até novembro em relação ao mesmo período de 2016, incremento de 0,4%.

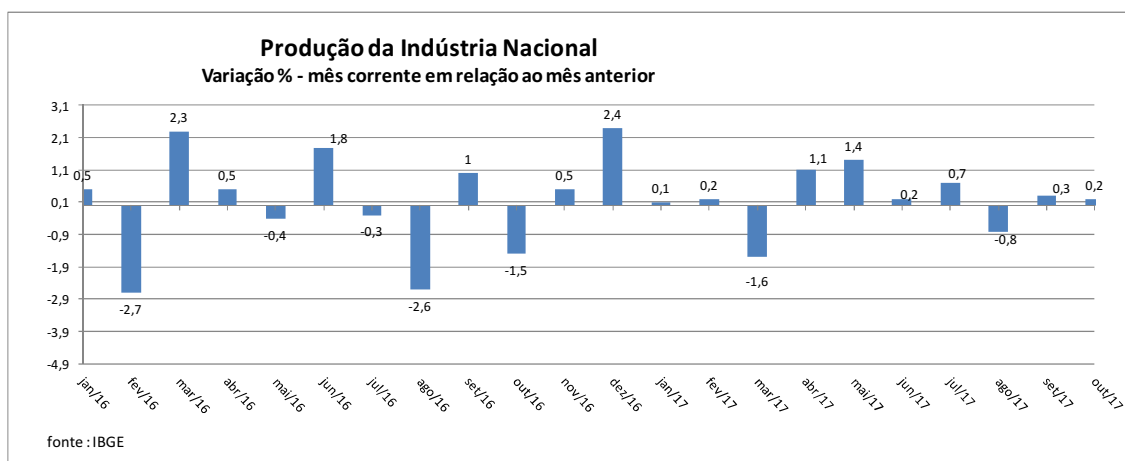
INDÚSTRIA

Os dados de outubro da publicação Indicadores Estruturais produzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostraram aumentos de 1,7% do faturamento real, de 0,9% do rendimento médio real e de 0,3% da massa salarial real.

Entretanto, no acumulado do ano a maioria dos índices ainda apontam queda na comparação com 2016. Emprego e horas trabalhadas registram os maiores recuos, de 3,2% e 2,6%, respectivamente. O faturamento também mostra queda, de 1,3%, enquanto a massa salarial recua 2,2%. Apenas o

rendimento médio real mostra crescimento nessa comparação. A utilização da capacidade instalada (UCI) em outubro, série dessazonalizada, ficou em 77,7%, 1,6 ponto percentual (p.p.) acima do registrado no mesmo mês de 2016. Ainda assim, a ociosidade segue muito elevada: a UCI de outubro de 2017 é 3,7 p.p. inferior à média dos meses de outubro de anos anteriores.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional divulgada em 5 de dezembro pelo IBGE, entretanto, foram melhores. Em outubro de 2017, a produção industrial nacional mostrou novo acréscimo de 0,2% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais - o segundo consecutivo, sendo que a alta foi de 0,3% de agosto para setembro.



Quanto à arrecadação do ICMS da Indústria no Distrito Federal, o resultado do mês de novembro de 2017 foi de acréscimo de 5,2% na comparação com o mesmo mês em 2016, e queda de 1,0% no resultado acumulado do período de janeiro a novembro de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

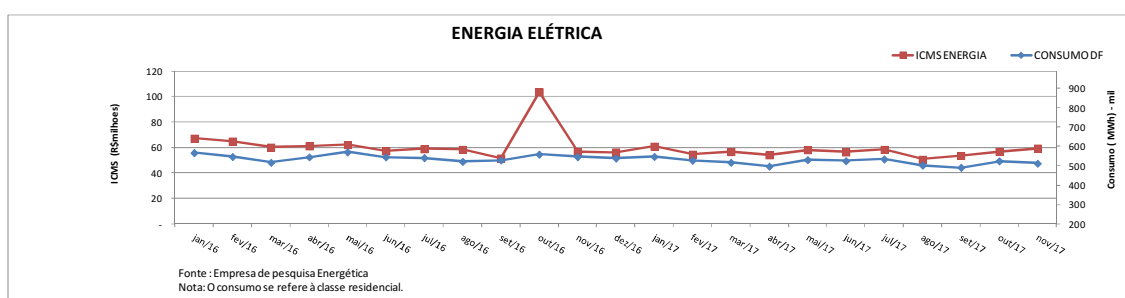
ENERGIA ELÉTRICA

Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica divulgada em 30 de novembro, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relatou que o consumo de energia elétrica na rede totalizou 39.131 GWh em outubro, montante 2,8% acima do patamar registrado no mesmo mês de 2016, sendo

esse o melhor resultado mensal no ano. Todas as regiões do país apresentaram taxas positivas, com destaque para o Sul (+6,3%), Centro-Oeste (+3,8%) e Norte (+3,4%).

Embora a mencionada publicação tenha chamado a atenção para o crescimento de 1,5% do consumo na classe comercial observado na região Centro-Oeste, consequência da alta nos estados do Mato Grosso do Sul (+8,8%) e Mato Grosso (+7,3%), no Distrito Federal verificou-se contração de 6,9% do consumo nessa classe, pelo oitavo mês consecutivo e ainda maior que a queda de 6,7% verificada no mês anterior.

Na classe residencial, enquanto altas taxas de crescimento foram verificadas nos estados do Mato Grosso do Sul (15,1%), do Mato Grosso (12,6%) e em Goiás (5,2%), no Distrito Federal observou-se queda de 4,4%, conforme apresenta a ilustração abaixo.



No que tange ao desempenho da arrecadação do ICMS para o setor, contabilizou-se aumento em novembro de 2017 de 4,2% em relação a igual mês do ano anterior, porém queda de 11,8% no acumulado de janeiro a novembro de 2017 frente ao mesmo período de 2016.

VEÍCULOS

Em outubro, foram emplacados 202.860 veículos (carros, comerciais leves, caminhões e ônibus) no Brasil, o que representa alta de 27,6% na comparação com o mesmo mês de 2016, quando 159.032 unidades foram emplacadas, conforme dados divulgados em 1º de novembro pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabreve), associação que representa

as concessionárias. Foi o segundo melhor resultado para o setor em 2017, atrás apenas de agosto, que registrou 216 mil unidades comercializadas. No acumulado do ano, foram vendidos 1,82 milhão de veículos novos no país - uma alta de 9,3% sobre o verificado no mesmo período do ano passado.

O setor de veículos pesados mostra recuperação, mas ainda não conseguiu reverter o resultado negativo do início do ano. Embora as vendas de caminhões tenham subido 47,0% em outubro, para 5.055 unidades, e as de ônibus tenham aumentado 54,6%, para 1.170 unidades, no acumulado do ano o segmento ainda apresenta queda de 2,8%.

No Distrito Federal, de acordo com pesquisa mensal divulgada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF), entidade que conta com 60 associados totalizando 136 concessionárias, foram comercializadas 5.938 unidades (automóveis, camionetas, caminhões, micro-ônibus e ônibus) em outubro, alta de 3,0% ante as 5.765 comercializadas em setembro de 2017 e de 12,7% sobre outubro de 2016.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de novembro de 2017 foi de acréscimo real de 16,5% na comparação com o mesmo mês em 2016, como também aumento real de 9,3% no resultado acumulado do período de janeiro a novembro de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

VENDAS NO VAREJO

O volume de vendas no varejo recuaram 0,9% em outubro, na comparação com o mês anterior, pela série com ajuste sazonal, conforme dados divulgados em 13 de dezembro pelo IBGE, eliminando o ganho de 0,3% registrado no mês anterior. Com a redução de ritmo observada no patamar de vendas, o varejo se encontra 9,7% abaixo do nível recorde alcançado em novembro de 2014. Já no varejo ampliado, as vendas encontram-se 16,5% abaixo do nível recorde alcançado em agosto de 2012, série ajustada sazonalmente. Foi o pior outubro desde 2008, quando o setor registrou queda de 1%. Ante outubro de 2016, entretanto, o varejo cresceu 2,5%, menor variação desde abril de 2017 (1,7%). No acumulado do ano, o comércio varejista

também registrou avanço de 1,4%. Nos 12 meses até outubro, a alta acumulada foi de 0,3%, o primeiro resultado positivo desde abril de 2015, de acordo com o IBGE.

Aliás, na comparação mensal com outubro de 2016, os resultados das vendas no varejo restrito e no ampliado foram positivos em todas as 27 Unidades da Federação, com destaque, em termos de volume de vendas deste último, para Tocantins (26,0%), Amazonas (18,8%) e Mato Grosso (17,9%).

Os principais recuos foram observados nos itens Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico (-3,5%); Tecidos, Vestuário e Calçados (-2,7%) e Móveis e Eletrodomésticos (-2,3%). Também houve baixa na atividade de Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo, de 0,3%, após seis taxas positivas, período em que acumulou ganho de 5,3%.

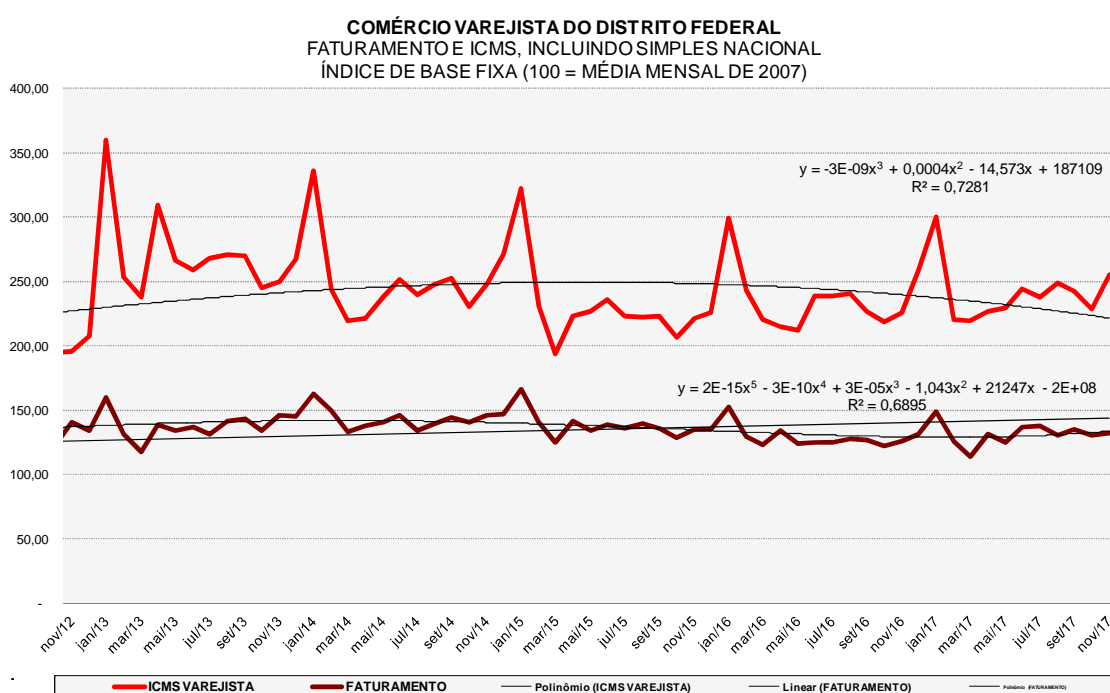
O volume de vendas no varejo ampliado - que inclui as atividades de veículos e motos, partes e peças, além de material de construção - cedeu 1,4% em outubro, após quatro meses consecutivos de crescimento, período em que registrou ganho acumulado de 3,5%. No Distrito Federal, conforme quadro abaixo, cresceu 5,8% em outubro, 4,1% no acumulado do ano e 2,2% nos últimos 12 meses, merecendo destaques na publicação do IBGE os setores de Móveis e de Hipermercados e Supermercados, com variações do volume de vendas no acumulado do ano de +20,8% e - 17,0%, respectivamente, sendo esta última a maior queda entre as duas UFs pesquisadas.

Variação da receita por volume de vendas no comércio varejista ampliado - outubro/2017			
Atividades	Mês(%)	Ano(%)	12 Meses(%)
Material de construção	35,6	26,6	22,7
Móveis	50,6	20,8	14,4
Veículos, motocicletas, partes e peças	23,8	20,0	15,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-42,4	-3,3	-1,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,6	1,0	-0,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,2	1,7	0,7
Tecidos, vestuário e calçados	-10,3	-1,5	-2,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	-17,9	-6,4	-8,2
Eletrodomésticos	-0,4	-0,3	-1,9
Combustíveis e lubrificantes	-11,6	-9,7	-7,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-15,3	-17,0	-15,7
TOTAL	5,8	4,1	2,2
Fonte : PMC IBGE			

Quanto à arrecadação do ICMS Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de novembro de 2017 foi aumento de 12,8% na comparação com o mesmo mês em 2016, e decréscimo de 0,4% no resultado

acumulado do período de janeiro a novembro de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS no Distrito Federal apresentou acréscimo em novembro de 2017, enquanto que o faturamento apresentou leve aumento. Na ampliação da análise, observa-se comportamento polinomial para ambas as curvas, sendo que a curva do faturamento sugere uma tendência de estabilização ainda não aparente na curva da arrecadação.



ICMS BRASIL

A arrecadação do ICMS, incluindo dívida ativa, multas e juros e simples nacional, em nível nacional apresentou aumento real de 3,2% no período de janeiro a outubro de 2017 comparado com o mesmo período de 2016. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou decréscimo de 1,4%, ocupando a 24ª posição no ranking dos melhores desempenhos dentre as 27 Unidades Federadas, conforme tabela seguinte.

ICMS BRASIL – Janeiro a outubro – Valores em R\$ milhões a preços de novembro/2017 (INPC/IBGE)

UF	ESTADO	2016	2017	Varição (em %)
SC	Santa Catarina	14.345,57	15.929,39	11,04%
RO	Rondônia	2.491,79	2.757,47	10,66%
PR	Paraná	22.532,47	24.878,74	10,41%
RN	Rio Grande do Norte	3.888,95	4.293,25	10,40%
PI	Piauí	2.860,63	3.086,97	7,91%
RR	Roraima	604,26	645,32	6,79%
MG	Minas Gerais	35.870,31	37.981,41	5,89%
PB	Paraíba	4.050,77	4.276,46	5,57%
MT	Mato Grosso	8.262,45	8.721,23	5,55%
AC	Acre	853,27	893,72	4,74%
BA	Bahia	16.474,55	17.212,19	4,48%
AM	Amazonas	6.119,63	6.380,51	4,26%
AP	Amapá	599,21	624,19	4,17%
SE	Sergipe	2.534,00	2.636,09	4,03%
CE	Ceará	8.921,11	9.275,36	3,97%
PE	Pernambuco	11.469,14	11.860,15	3,41%
TO	Tocantins	2.030,96	2.094,63	3,14%
RS	Rio Grande do Sul	25.913,06	26.553,57	2,47%
MA	Maranhão	5.073,73	5.186,73	2,23%
MS	Mato Grosso do Sul	7.005,10	7.141,89	1,95%
SP	São Paulo	107.494,37	109.492,77	1,86%
GO	Goiás	12.213,02	12.328,26	0,94%
ES	Espírito Santo	7.713,94	7.658,36	-0,72%
DF	Distrito Federal	6.636,45	6.540,64	-1,44%
AL	Alagoas	3.047,76	2.992,20	-1,82%
RJ	Rio de Janeiro	27.505,07	26.776,01	-2,65%
PA	Pará	8.727,90	8.436,87	-3,33%
BR	BRASIL	355.239,49	366.654,40	3,21%

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em novembro de 2017 totalizaram R\$ 30,2 milhões, que representam um decréscimo de 10,0% em relação ao mês precedente. No mesmo período, houve decréscimos de 7,5% para o ICMS e de 13,0% para o ISS.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES					
Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
Junho/2017	16.397.095,99	136.413	12.078.087,53	132.815	28.475.183,52
Julho/2017	17.081.241,65	137.444	13.860.765,54	134.069	30.942.007,19
Agosto/2017	17.743.768,28	139.447	13.594.102,17	136.796	31.337.870,45
Setembro/2017	17.863.308,83	140.251	14.262.152,27	138.109	32.125.461,10
Outubro/2017	18.028.165,25	161.501	15.499.477,77	168.972	33.527.643,02
Novembro/2017	16.670.115,74	162.335	13.489.143,77	169.768	30.159.259,51

Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

ARRECAÇÃO DO ISS

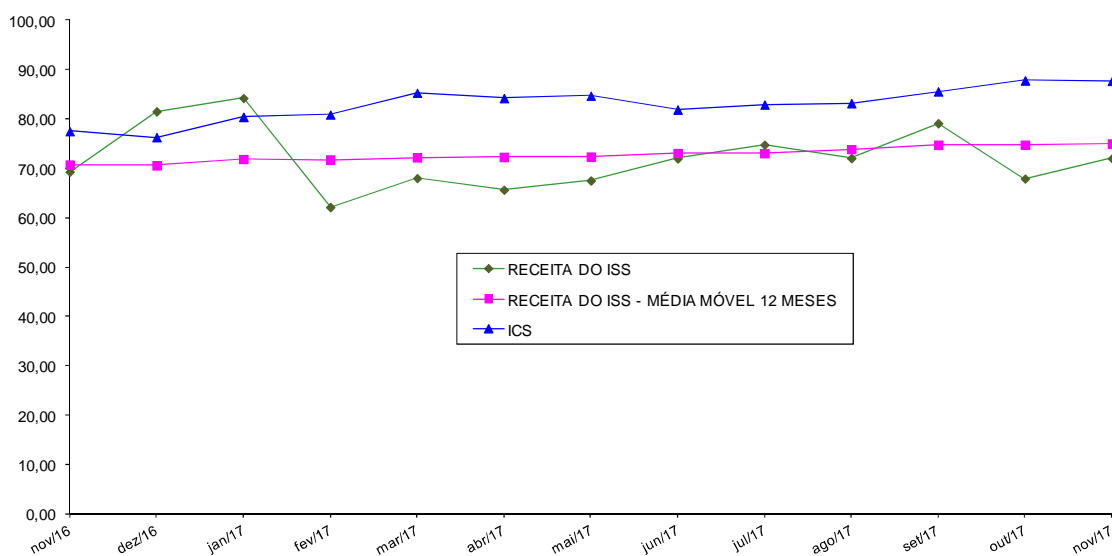
No mês de novembro de 2017, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) contabilizou o montante de R\$ 132,7 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um acréscimo nominal de 3,9% na arrecadação, correspondente a um ganho real de 2,0%.

No período de janeiro a novembro de 2017, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 1.446,8 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 6,9% e ganho real de 3,8%, em relação ao mesmo período de 2016.

Em ambas as comparações reais, utilizou-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até novembro de 2017, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.

COMPARATIVO ÍNDICE DE CONFIANÇA DE SERVIÇOS x RECEITA DO ISS



Fonte: SIGGO e IBRE/FGV.

Após quatro meses consecutivos de alta, a confiança do setor de serviços diminuiu em 0,1 ponto em novembro perante outubro. Com efeito, o Índice de Confiança de Serviços (ICS), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), está em 87,7.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de novembro de 2017, o cadastro fiscal do DF registrou 169.768 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

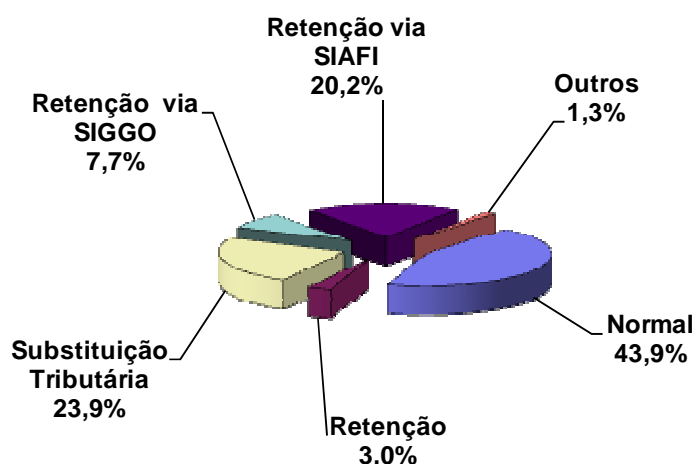
NOVEMBRO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	778	11.325	1.183	2.251	1.192	364	3.919	727	5.077	132	26.948
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico											0
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.458	18.062	13.067		13.128	4.765	8.599	5.892	22.078	1.833	92.882
5) SIMPLES NACIONAL	2.196	15.561	3.709	20	3.726	1.353	6.429	2.154	12.414	475	48.037
6) Sociedades Uniprofissionais	2	798	6	7	3	1	59	4	70	1	951
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				54							54
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	754	4		1		2		776
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF		2		66						1	69
TOTAL	8.438	45.761	17.967	3.199	18.053	6.483	19.007	8.777	39.641	2.442	169.768
PARTICIPAÇÃO											

No comparativo com o mês anterior, houve um aumento de 796 inscrições no total de contribuintes do ISS, com destaque para o regime do SIMEI - Microempreendedor Individual, que obteve 1213 novas inscrições, e para o Regime Normal de Apuração, que apresentou diminuição de 538 inscrições.

Em termos de participação por localidade, 27,0% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,3% na circunscrição de Taguatinga e 49,7% nas demais localidades. Do total de inscrições, 54,7% estão no SIMEI; 28,3%, no Simples Nacional; 15,9%, no Regime Normal de Apuração e apenas 1,1%, nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em novembro de 2017, o ISS Normal respondeu por 43,9% dos ingressos do imposto; a Substituição Tributária, por 23,9%, e a Retenção via SIAFI, por 20,2%.

ISS por Situação de Recolhimento novembro de 2017



A tabela adiante apresenta valores reais, variações reais e composição da arrecadação do ISS, por modalidade de recolhimento, nos meses de novembro de 2016 e 2017, e nos períodos de janeiro a novembro de 2016 e 2017.

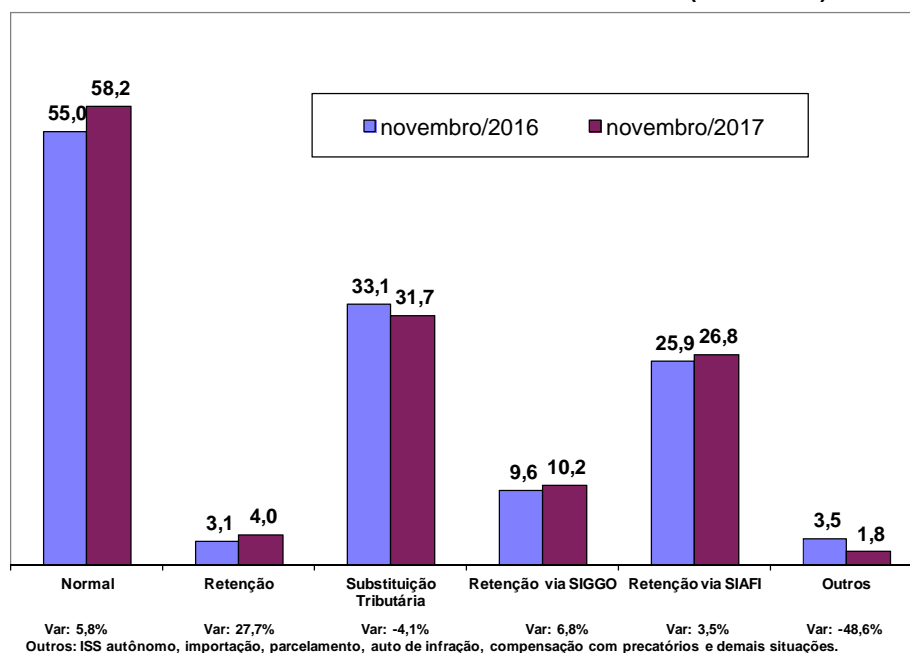
Observa-se que as modalidades Retenção, Retenção Via SIGGO e Normal evidenciaram as maiores variações mensais positivas, ao passo que a modalidade Outros apresentou a maior variação mensal negativa.

Quanto ao período acumulado de janeiro a novembro de 2017, em comparação com igual período do ano anterior, ocorreu aumento real de arrecadação de ISS em todas as modalidades de recolhimento, com exceção da modalidade Substituição Tributária.

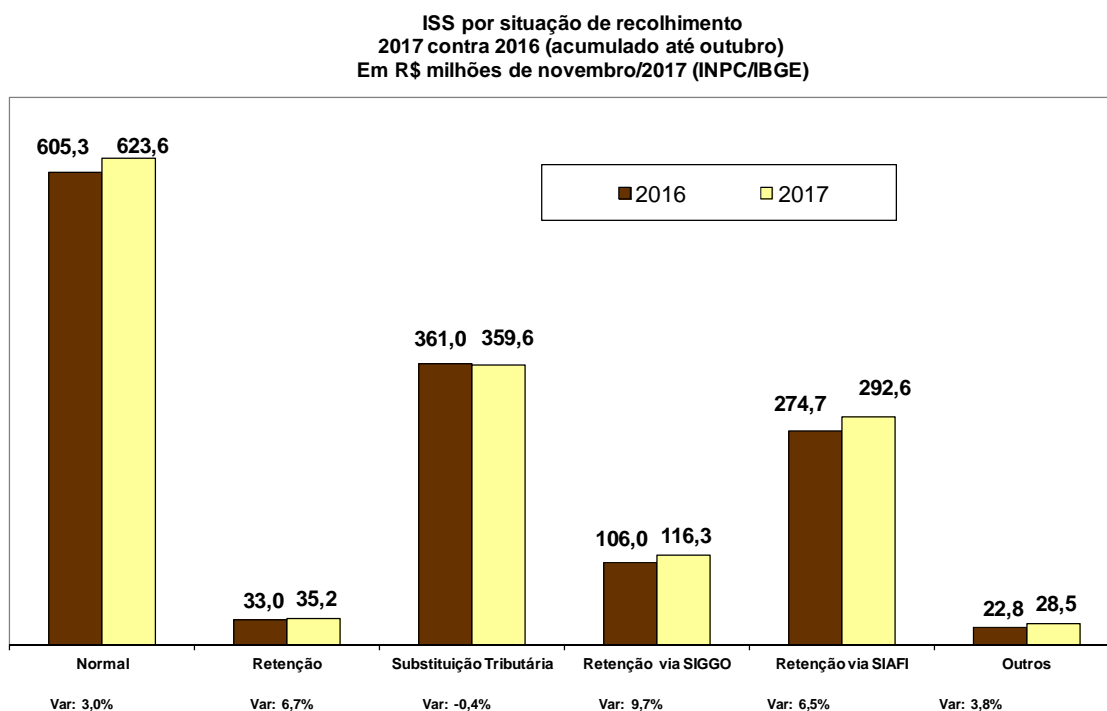
ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (nov -17)
	nov/16		jan-nov/16		nov/17	jan-nov/17	
	nov/16	jan-nov/16	nov/17	jan-nov/17	nov/16	jan-nov/16	
	nov/16	jan-nov/16	nov/17	jan-nov/17	nov/16	jan-nov/16	
Normal	55.020	605.272	58.206	623.628	5,8%	3,0%	43,9%
Retenção	3.117	33.001	3.980	35.213	27,7%	6,7%	3,0%
Substituição Tributária	33.092	361.010	31.741	359.596	-4,1%	-0,4%	23,9%
Retenção via SIGGO	9.557	106.023	10.210	116.339	6,8%	9,7%	7,7%
Retenção via SIAFI	25.872	274.732	26.767	292.619	3,5%	6,5%	20,2%
Outros	3.475	22.827	1.785	28.477	-48,6%	24,7%	1,3%
Total da Arrecadação	130.134	1.402.866	132.688	1.455.872	2,0%	3,8%	100,00%

A figura abaixo ilustra a comparação em termos reais de arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento em novembro de 2017 com o mesmo período de 2016. No que tange ao crescimento real de arrecadação do ISS no total de R\$ 2,6 milhões em novembro de 2017 em comparação com novembro de 2016, verifica-se que este ocorreu devido à elevação na arrecadação de quase todas as modalidades de recolhimento, sendo Substituição Tributária e Outros as únicas modalidades a apresentar retração de arrecadação de R\$ 1,4 milhão e de R\$ 1,7 milhão.

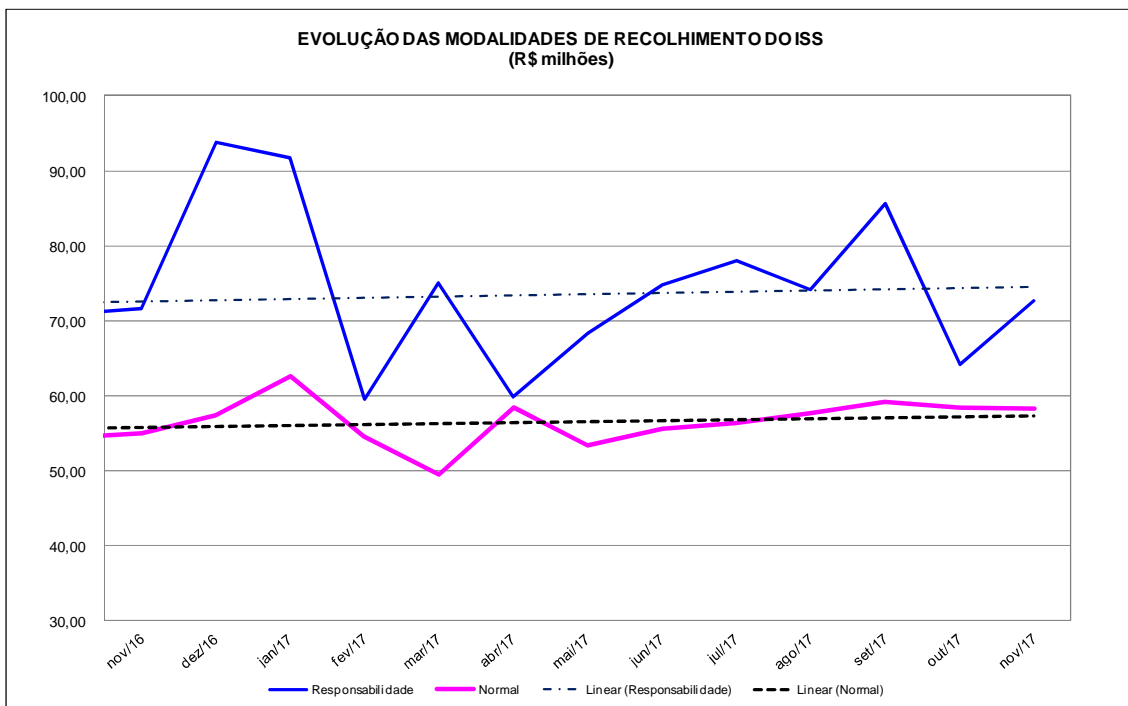
ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de novembro/2017 (INPC/IBGE)



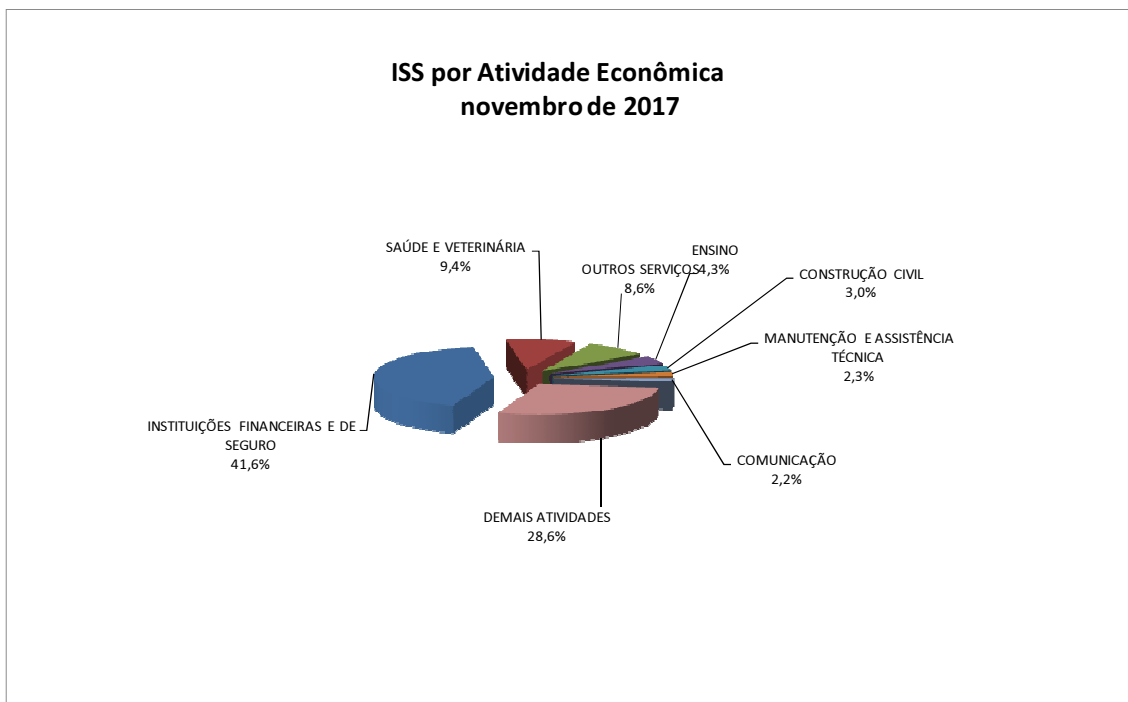
A figura abaixo ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a novembro de 2017 com a observada no mesmo período do ano anterior pelas principais situações de recolhimento. Verifica-se que ocorreu acréscimo real de receita para todas as modalidades de recolhimento, com exceção da situação por Substituição Tributária, que decresceu R\$ 1,4 milhão.



O gráfico seguinte apresenta a evolução da arrecadação do ISS pelas modalidades Normal e de Responsabilidade, sendo que essa última envolve as situações de recolhimento Retenção, Substituição Tributária, Retenção via SIGGO e via SIAFI. Do gráfico, é possível depreender que as linhas de tendência mostram relativa estabilidade em ambas as modalidades.

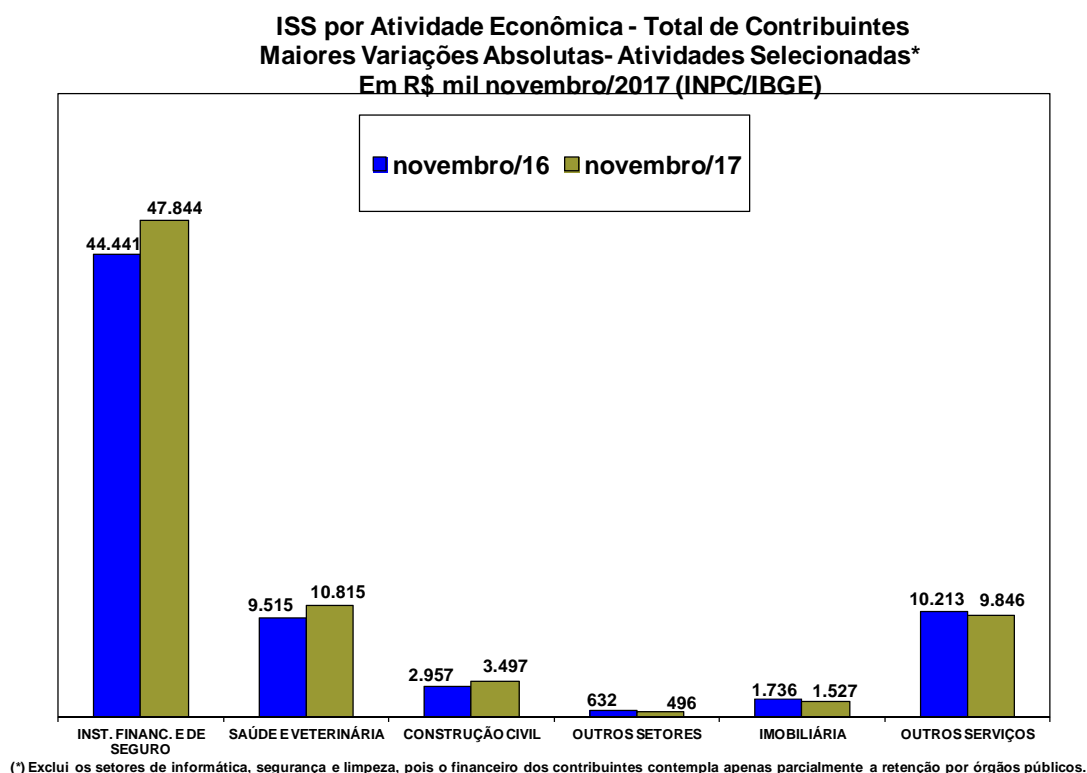


Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em novembro de 2017, conforme gráfico abaixo, verifica-se que a maior participação na arrecadação do imposto permaneceu no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (41,6%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (9,4%) e Outros Serviços (8,6%).



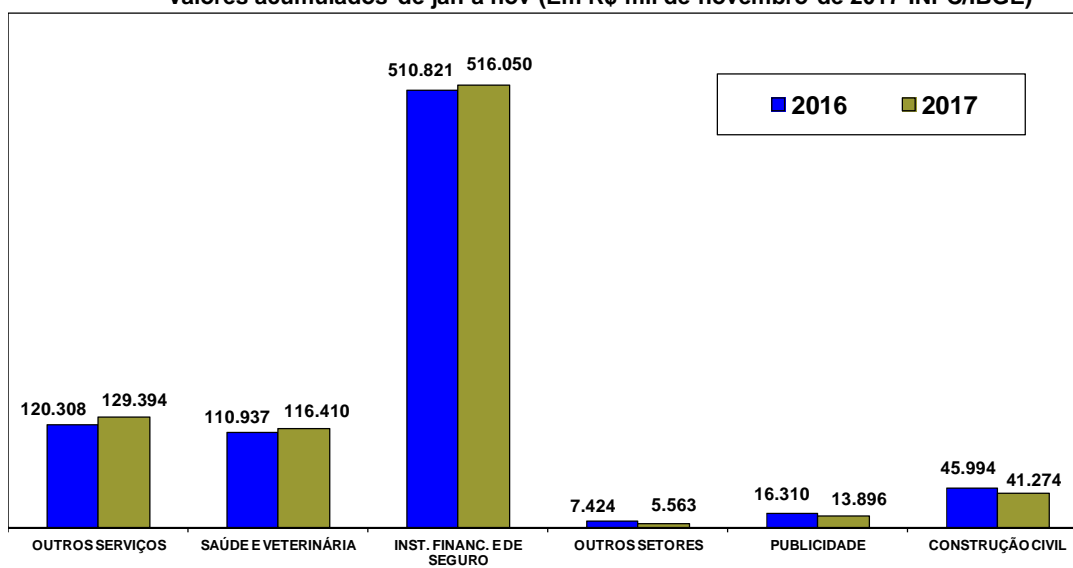
Os gráficos abaixo discriminam a arrecadação do ISS realizada pelos principais setores econômicos. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na avaliação da arrecadação dos segmentos econômicos de novembro de 2017 com o correspondente mês do ano anterior, verifica-se que os principais acréscimos ocorreram nas atividades de Instituição Financeira e de Seguro (+R\$ 3,4 milhões), Saúde e Veterinária (+R\$ 1,3 milhão) e Construção Civil (+R\$ 540 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Outros Setores (-R\$ 136 mil), Imobiliária (-R\$ 209 mil) e de Outros Serviços (-R\$ 367 mil).



Na comparação de 2017 frente a 2016 com dados acumulados até novembro, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos de Outros Serviços (+R\$ 9,1 milhões), Saúde e Veterinária (+R\$ 5,5 milhões) e Instituição Financeira e de Seguro (+R\$ 5,2 milhões). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Outros Setores (-R\$ 1,9 milhão), Publicidade (-R\$ 2,4 milhões) e Construção Civil (-R\$ 4,7 milhões).

ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas
*Valores acumulados de jan a nov (Em R\$ mil de novembro de 2017-INPC/IBGE)



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

SÉRIES HISTÓRICAS

(11 novembro 2017 – Séries Históricas.xls)